



CONHECIMENTO DOS PROFESSORES A RESPEITO DA LEI 10.639/2003

José Willyam de Sousa Silva^{1a}
Lucielton Mascarenhas Martins²
José de Caldas Simões Neto³
Pergentina Parente Jardim Catunda⁴

RESUMO

Aprovada em 9 de janeiro de 2003, a Lei 10.639/2003 faz alterações à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para implantar a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas no intuito de dar visibilidade e desconstruir narrativas no contexto escolar por meio de discussões acerca da temática racial para construir novas identidades de valorização da diversidade e de que culturas permeiam comunidade escolar. O presente estudo tem como objetivo refletir sobre os conhecimentos dos professores a respeito da Lei 10.639/03. A pesquisa trata-se de um estudo de caso, exploratório de cunho qualitativo. Foi aplicado um questionário com os professores e após a coleta, os dados foram organizados as respostas através da análise do discurso dos sujeitos, e logo após foi feita uma explanação de respostas de cada perguntas. As reflexões demonstram que embora os professores tenham conhecimento do que se trata a Lei, a escola ainda não foi capaz de inserir no seu currículo os conteúdos de história e cultura africana, trazendo esses debates em datas pré-determinadas ignorando as relações étnico-raciais, atitude que torna impossível dar a visibilidade necessária a pessoas negras e suas experiências.

Palavras – Chave: Educação. Escola. Cultura Afro-brasileira.

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo os debates relacionados à cultura e história africana foram silenciadas no contexto escolar, assim como, as experiências da pessoa negra. Partindo desse pressuposto, a educação vem passando por transformações que envolvem a sociedade como um todo, dando margem para discussões sobre as relações raciais, étnicas da desconstrução do preconceito e de uma educação plural, possibilitando o reconhecimento dos conflitos sociais (COELHO et al., 2015).

Nesse sentido, é perceptível que nos últimos 20 anos, precisamente com a aprovação da Lei federal nº 10.639/2003, diversas ações acerca das relações étnico-

¹Graduado em Licenciatura em Educação Física, Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, william_clarinete@hotmail.com

²Especialista em Gestão Escolar, Aluno do Programa de Mestrado Profissional em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares-UPE, Membro do Grupo de Pesquisa em Educação Física, Lazer e Sociedade e Docente do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, lucielton@leaosampaio.edu.br

³Especialista em Gestão Escolar, Alunos do Programa de Mestrado Profissional em Educação da URCA, Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Educação Física, Lazer e Sociedade, Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, josecaldas@leaosampaio.edu.br

⁴Mestra em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares-UPE, Líder do Grupo de Pesquisa em Educação Física, Lazer e Sociedade, Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, pergentina@leaosampaio.edu.br



raciais e a educação vêm sendo realizadas. Porém, esses avanços ocorrem em ritmo lento frente às demandas emergentes da sociedade em geral. Apesar desse aumento, acredita-se que a escola ainda não foi capaz de incorporar de forma significativa esse tema no seu currículo (PAULA; GUIMARÃES, 2014).

Cunha et. al (2014) afirmam que com implantação da lei 10.639 os professores têm sido desafiados a superar questões negligenciadas nas escolas e os estigmas acerca das pessoas negras. Sendo pertinente perceber a existência de discrepância entre dispositivos legais e práticas sociais ou educativas voltada à inserção e valorização do afro-brasileiro na construção de uma sociedade igualitária com práticas pedagógicas no interior das escolas. Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre os conhecimentos dos professores a respeito da Lei 10.639/03.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Dentre os motivos que instigaram a pesquisa, parte-se do pressuposto segundo Cunha et al. (2014), que é de primordial importância à escola ser um ambiente de debate entre educação-políticas-desigualdades, principalmente, com o aumento do acesso de classes menos favorecidas ao sistema escolar. Além disso, a impossibilidade de discutir a escola sem contextualizar com a construção histórica, cultura, social e de relações raciais em que nosso país se formou.

Sabendo disso, muitas das relações que ocorrem no ambiente escolar se estende ao convívio social, na qual pessoas negras são estigmatizadas, inferiorizadas e suas lutas silenciadas, em debates que são de suma importância para que a democracia e o princípio de equidade sejam validos para todos. No entanto, é imprescindível que esses temas sejam problematizados na tentativa de erradicar o preconceito e o racismo estrutural. A implantação da Lei 10.639 fomenta esses mecanismos de reconhecimento, sendo uma conquista significativa e desafiadora, pois é imprescindível conhecer o outro e refletir sobre ações racistas. A lei passa a incluir o dia 20 novembro como oficial da consciência negra no calendário escolar e uso de livros didáticos que abordem o tema (COELHO et al, 2015).

3 METODOLOGIA

A pesquisa trata-se de um estudo de caso, exploratório de cunho qualitativo. A pesquisa foi realizada com os professores pertencentes a uma escola de ensino médio



na rede estadual pública do município de Caririçu, Ceará. A pesquisa foi aplicada com 11 professores que lecionavam nas turmas do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio, independente do componente curricular.

Os resultados do estudo foram obtidos através de um questionário com os professores, elaboradas pelos pesquisadores, que buscou ofertar dados para o entendimento sobre a aplicação da Lei 10.639. Os dados foram organizados agrupando as respostas semelhantes, através da análise do discurso dos sujeitos, e logo após foi feita uma explanação de respostas de cada pergunta. O trabalho foi aprovado pelo comitê de ética da instituição Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, com número de parecer 2.680.706.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre os conhecimentos dos(as) professores(as) sobre a Lei 10.639, que de acordo com os dados coletados, pode-se perceber que nove (09) professores afirmaram conhecer do que se tratava a Lei, pontuando-a. Apenas 01 professor afirmou não conhecer do que se tratava, e 01 não se referiu, diretamente, ao conteúdo da Lei. Perante essas afirmações, podemos enfatizar a resposta dos professores.

"Essa lei implanta no currículo a valorização reconhecimento e importância do estudo das influências afro na educação brasileira. Usando como temática: a história cultural afro-brasileira." (P9)

"A cultura afro-brasileira deverá ser incluída nos currículos do ensino brasileiro. Digo, o ensino sobre a valorização da cultura afro-brasileira deverá estar inserido nos currículos." (P11)

É possível perceber que os professores têm conhecimentos sobre a Lei 10.639/2003 e a entendem como uma forma de valorização da cultura africana e afro-brasileira dentro do currículo escolar. Almeida e Sanchez (2017) aponta que a Lei questiona o currículo oficial, pois é a partir dele que se definem os conteúdos que serão ensinados, e que existiu uma naturalização desses conteúdos, além de potencializar e permitir aos alunos negros o seu reconhecimento e valorização de sua identidade e contribuição na formação da sociedade brasileira.

Almeida e Sanchez (2017) dizem que, apesar dos esforços a lei não garantiu a efetivação de seus objetivos. Mesmo com promulgação da lei, ainda existe a necessidade de um maior debate e preparo para os professores, para que a lei consiga ser trabalhada de forma satisfatória e consiga-se atingir seus objetivos.

Podemos destacar sobre a visão dos(as) professores(as) sobre a Lei 10.639 e sua influência na formação e valorização da identidade negra no âmbito escolar que:



"Valorização da comunidade negra; a escola como espaço acolhedor, cultural e misturado de raças, sem nenhum tipo de preconceito. Oportunidade para o negro ter o crescimento profissional – ter os mesmos direitos que o branco - estar inserido no espaço de igualdade." (P3)

"É preciso se trabalhar de forma contínua, desde a discussão de valores como o respeito às diversidades, como relacionado aos conteúdos que contemplem o referido assunto: a história e cultura afro-brasileira." (P4)

"Apresentando um currículo diverso que garanta visibilidade/representatividade dos atores que durante muito tempo foram esquecidos promovendo espaço de discussão e construção cultural que respeite a diversidade." (P6)

Diante das afirmações dos professores é perceptível a compreensão da Lei, enquanto mecanismo de tensão das relações estabelecidas e que estão arraigadas em nossa sociedade e que adentram o espaço escolar, através de situações e ações que diminuem, silenciam e inferiorizam a identidade negra (ROJAS, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços conquistados no debate de questões étnico-raciais, o espaço escolar ainda se configura um ambiente em que são reproduzidos pensamentos racistas e que pode silenciar o sujeito e a identidade negra. Todavia, percebemos nos discursos dos professores o compromisso com o seu fazer pedagógico, porém ainda são escassas as intervenções pedagógicas que visam o combate ao racismo. O que torna necessário um maior aprofundamento dessas questões por todos os docentes a fim de alcançar os objetivos traçados pela Lei 10.639/2003.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B.; SANCHEZ, L. P. Implementação da Lei 10.639/2003 competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Pro-Posições**, v. 28, n. 1, p. 55-80, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9394** de 20 de dezembro de 1996. Ministério de Educação e Cultura Brasília, 1996.

COELHO, T. T., et. al. Educação e relações étnico-raciais: reconhecimento da diversidade cultural e iniciativas como a lei 10.639/2003 para a dinâmica escolar. **Anais do Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG (CEPE) (ISSN 2447-8687)**. Goiás: Universidade Estadual de Goiás, v. 2, 2015.

CUNHA, M. S.; SILVA, A. B.; JUNIOR, R. S.. A experiência de ser negro no ambiente escolar. **Ideação**, v. 16, n. 2, p. 48-67, 2014.

ROJAS, D. S. **Para cuidar da dor do aluno negro em Orientação à Queixa Escolar**. 2015. Disponível em: http://queixaescolar.com.br/img/artigos/daniela_oqe.pdf